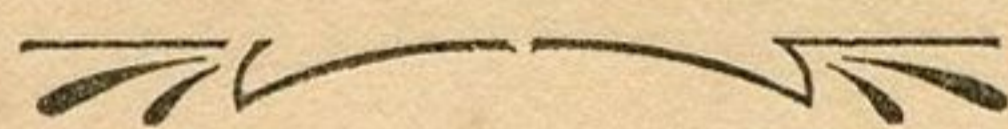


**Btca MYM**  
Folheto AmM  
1019

*SAMUEL BENCHIMOL*

(Catedrático de Economia Política da Faculdade  
de Direito da Universidade do Amazonas)

Política e Estratégia  
na Grande  
Amazônia Brasileira



Estante Universitária  
Grupo A  
Faculdade de Direito

SEC-39592  
- 34474 -

*SAMUEL BENCHIMOL*

*(Catedrático de Economia Política da Faculdade  
de Direito da Universidade do Amazonas)*

Política  
e Estratégia  
na Grande  
Amazônia  
Brasileira



Estante Universitária

Grupo A  
Faculdade de Direito

Amu  
1019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
E ESTADÍSTICA

Política  
e Estratégia  
na Grande  
Amazônia  
Brasileira



1960 A  
Biblioteca de História  
Instituto Universitário

## POLÍTICA E ESTRATÉGIA NA GRANDE AMAZÔNIA BRASILEIRA

SAMUEL BENCHIMOL

O País Brasileiro, desde o início de sua formação e consolidação e ao longo de sua mais recente história, sempre viveu perplexo ante o enorme desafio de sua posição no Continente Sul-Americano. Porque, em verdade, somos um País que, pela diversidade de sua paisagem cultural e geo-econômica, possui três fisionomias distintas: somos uma nação platina, um povo atlântico e um país amazônico. Como nação Platina, dentro da Bacia do Paraná-Paraguai, participamos como tal, da história, da cultura e da economia da Nação Argentina, Uruguaia e Paraguaia. Como povo do Atlântico Sul, com uma linha marítima de 7.408 kms. pertencemos a uma comunidade de nações de que se desdobra, nos dois lados do continente afro e sulamericano, com tôdas as potencialidades e desafios exigidos de um Estado voltado para o mar. Como nação amazônica, participamos do condomínio do Grande Vale, juntamente com oito países do hemisfério, com os quais temos uma linha divisória de cêrca de 11.000 kms. que representa cêrca de 70% do total de nossas fronteiras; juntamente com êles herdamos a vigésima parte da superfície terrestre, um quinto das disponibilidades mundiais de água dôce, um têrço das reservas de florestas latifoliadas. Dentro pois, do país brasileiro, realizamos a proêsa e assumimos as responsabilidades de unir, numa só Pátria, o homem do Prata, o homem do Mar e o homem da Selva.

A Nação, nestes três últimos séculos, foi assim sendo despertada para essas três realidades e fomos, lentamente, desenvolvendo, premidos pelas necessidades, ora uma consciência platina, ora uma consciência atlântica, poucas vêzes uma consciência amazônica. A ênfase em cada uma dessas consciências tem se deslocado em função das pressões fronteiriças, dos re-

clamos das populações lindeiras, dos interesses ligados ao desenvolvimento econômico, dessas áreas e dos problemas de segurança nacional. Todavia, a consciência platina e marítima sempre foi mais forte, entre nós, do que a sensibilidade de gente amazônica. Tendo se desenvolvido mais no litoral e para além do planalto central, os interesses radicados pressionaram no sentido de que as decisões políticas e econômicas atuassem nessas duas frentes, olvidando aquelas opções necessárias a uma nação amazônica. No entanto, se fôsse possível definir um país quantitativamente, levando em conta apenas o critério regionalista de localização de sua superfície territorial, poderíamos afirmar, com humor e ironia, que a Amazônia não pertence ao Brasil: o Brasil é que pertence à Amazônia ... eis que representamos 60% da área nacional.

Por isso acolhemos, com satisfação, quando a Lei 1806 de 1953, definindo, para fins de planejamento a Amazônia Legal, expandiu as fronteiras da Amazônia Clássica até o paralelo 16 de Goiás e 13 de Mato Grosso, e o meridiano 44 do Maranhão. A partir desse ano passamos a ser territorialmente majoritários dentro do país brasileiro. E mais ainda, para espanto e surpresa, de muitos concidadãos amazônicos, maior foi ainda essa satisfação quando no plenário do 1º encontro dos Investidores, a bordo do "Rosa da Fonseca", o ex-governador de Goiás propôs a inclusão do Distrito Federal de Brasília na área da Amazônia Legal. É que quanto mais cedo o País adquirir a sensibilidade de que necessita desenvolver urgentemente, uma política consistente e uma estratégia objetiva para o desenvolvimento da Amazônia, mais rapidamente teremos abreviado os nossos dias de pobreza e isolamento e mais próximo estaremos da hora de integração do País, física, cultural e economicamente, a serviço do bem estar dos brasileiros de todas as latitudes.

Esse objetivo, se no passado constituía uma impossibilidade, nos dias correntes, é possível e viável, pois a moderna tecnologia, revolucionando os meios de transporte e comunicação, veio criar aquilo que se passou a chamar de "economia da superação da distância". A distância no espaço per se do ponto de vista econômico nada representa se forem criados meios rápidos e econômicos de interligação, deslocamento e contacto. Sem estes todavia, a distância equivale à esterilidade, pois o isolamento gera o imobilismo e a inércia. No entanto, a Amazônia não se encontra apenas distante no espaço, porém, se acha distanciada no tempo. O tempo tecnológico ama-

zônico está defasado do tempo brasileiro do Atlântico e do Centro-Sul. Trabalhamos com estruturas, instituições e instrumentos primitivos, numa época em que a automação e a eletrônica revolucionam a economia mundial. O ímpeto inovador e renovador e as iniciativas isoladas, em tais circunstâncias, tendem à estiolação frente ao grande vazio do espaço morto desarticulado e ao atraso do nosso relógio na história, com exceção apenas daqueles locais onde foi possível concentrar a população e fundar as economias externas. Por isso, a grande luta da gente amazônica, sobretudo das novas gerações que aqui estão se forjando, só tem uma única alternativa: aceitar o desafio e reagir, indo à procura do tempo perdido, para usar a imagem proustiana, e superar o atual estágio, rumo ao futuro, para abreviar o curso da história.

Não se poderá enfrentar o grande espaço amazônico sem previamente nos armarmos de uma política coerente e de uma estratégia consistente para a mobilização das lideranças e do povo que deverão ser motivados para aceitar e desejar as opções que o desenvolvimento exige e tomar as decisões em tempo hábil aproveitando as oportunidades oferecidas pelos recursos naturais e humanos. Dentro desse contexto urge manipular e combinar o espaço físico, social e econômico a conquistar, com o tempo político, histórico e tecnológico a vencer. Por isso é imprescindível conhecer a experiência histórica já vivida, não com o intuito de repeti-la, mas com o objetivo de evitar a repetição dos erros do passado.

No caso da Amazônia, as tentativas feitas, desde os tempos coloniais, no sentido de incorporá-la ao espaço econômico brasileiro representa, sem dúvida, um esforço heróico e ingente, porém insuficiente. A base física superdimensionada, a fraca densidade demográfica, a extrema dispersão do homem através do povoamento do tipo linear disperso, a prática do extrativismo predatório, a excessiva terciarização da atividade econômica de fundo mercantil subordinada a centros de decisão forâneos à área, a escassez de recursos e a pobreza técnica, a ineficiência da administração pública e a debilidade empresarial, entre outros têm sido alegados como responsáveis pela frustração no desencadeamento de um processo contínuo e ascendente de desenvolvimento econômico. Seria pois útil, fazer um ligeiro esboço do que foi no passado esse esforço para melhor diagnosticar os nossos erros e acertos, e aprender através da experiência já vivida como enfrentar o problema nos dias correntes.

A primeira experiência foi registrada ainda no período colonial, ao tempo do Marquês de Pombal, na segunda metade do Século XVIII, sob o signo e inspiração da política imperial mercantilista portuguesa, com a constituição da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, que tinha por finalidade estabelecer o monopólio da navegação, do comércio exterior e do tráfico africano. Data dessa época, a introdução do arroz de Carolina no Maranhão, do café da Guiana no Pará, do cultivo do cacau no Baixo Amazonas, a criação dos pesqueiros reais no Solimões e a introdução do boi no Vale do Rio Branco. A liderança desse movimento estava representada pela ação dinâmica do Capitão General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês, e por Lobo D'Almada no Amazonas. Essa primeira experiência agrícola e colonial logo feneceu voltando, pouco depois, a região à prática do sistema mercantil-coletor sob a qual havia vivido nos primeiros séculos de sua conquista. No entanto, foi durante esse período que Portugal conseguiu afirmar, através da diplomacia e das expedições militares, a sua soberania, garantindo assim o controle político da área. É sob esse aspecto, principalmente, que a era pombalina na Amazônia tem que ser examinada, muito embora a experiência agrícola e de colonização aqui ensaiada tenha permitido provar a viabilidade da empresa tropical. O seu mais brilhante feito foi, sem dúvida, a consolidação da configuração territorial que iríamos herdar, através dos Tratados de Madrid de 1750 e de Santo Idelfonso de 1777, consagrando o princípio do *Uti-Possidetis*. Não seria lícito olvidar que durante esse período foram implantadas as novas capitânicas de Mato Grosso, Goiás e S. José do Rio Negro, matriz do atual Estado do Amazonas. A esse tempo a Amazônia se compunha de dez circunscrições políticas-territoriais, entre capitânicas gerais e secundárias, que garantia, pelo menos nominalmente, a presença da soberania e da ação política e militar portuguesa. A Pombal devemos assim a primeira formulação estratégica e política para a ocupação e exploração da Amazônia.

A segunda investida na Amazônia iria ocorrer na segunda metade do Século XIX por ocasião do *rush* da borracha sob a pressão do impacto tecnológico da indústria de veículos. Ela se realizou sob o signo do liberalismo econômico do *laissez-faire*, realizando em seus desdobramentos o deslocamento da frente humana nordestina para a Amazônia Interior e Ocidental que veio a culminar com a afirmação da soberania bra-

sileira sôbre o Acre, definida pelo Tratado de Petrópolis de 1903.

Foi uma experiência desordenada e empírica, tangida pela cobiça e pela aventura, porém conseguiu atrair cêrca de meio milhão de nordestinos, e um núcleo de imigrantes estrangeiros que ajudaram a povoar a hinterlândia e explorar a floresta, de modo predatório é verdade. Com a renda por ela gerada foi possível assentar as infra-estruturas e os serviços básicos para a etapa ulterior, pois, do seio dessa floresta, no curto período de sessenta anos, foram produzidos cêrca de um milhão e meio de toneladas de borracha no valor de trezentos e cinquenta milhões de libras esterlinas. Foi assim possível provar a viabilidade da emprêsa florestal no trópico úmido não obstante o primitivismo das técnicas e o imenso desgaste e perda de vidas humanas. O povoamento do tipo linear disperso que constituiu o modelo demográfico dessa experiência, se de um lado estendeu a fronteira humana a ponto de ruptura, de outro permitiu estabelecer os primeiros marcos da presença do homem brasileiro em quase todo o sistema viário fluvial existente. Foi um movimento autênticamente brasileiro, de iniciativa privada e capitalista, porém reflexo e subordinado a centros de decisão econômica externa. Fracassou ao final porque não conseguiu acompanhar a mudança do tempo econômico e tecnológico provocado pela revolução heveicultora do sudeste asiático. A estratégia econômica seguia a rota hévea, cuja presença assinalava o acampamento seringalista. Em consequência, dada a pobreza heveícola da parte norte da bacia, processou-se o deslocamento do eixo econômico para a parte meridional do vale, seguindo as linhas dos seus grandes tributários. A calha do Grande Rio que até então constituia o eixo principal da atividade econômica passou a desempenhar mais um papel de meio viário para alcançar os altos rios onde se desenvolvia a emprêsa florestal de maior porte. Data dessa época a decadência dos povoados e centros urbanos localizados nos tribunais septentrionais, nascendo daí os primeiros sintomas de excentricidade econômica que Manaus iria sofrer, no seu isolamento, nas décadas futuras.

A ação política nessa fase sômente seria despertada quando irromperam os primeiros sinais da crise no início da década dos anos dez. Ela chegou na administração do Presidente Hermes da Fonseca, através da Lei nº 2.542-A de 5.1 1912 que formulou o primeiro plano de valorização econômico da Amazônia e que permanece válido, sob muitos aspectos, até os dias

atuais. Essa formulação política, para uma ação econômica na região, representou a terceira experiência para a tomada de uma consciência brasileira na região. Não conseguiu jamais ser implementada pois o diploma legal não conseguiu montar os mecanismos operacionais para a execução do plano. No entanto, historicamente, êle representou a primeira tentativa de imprimir racionalidade à ação federal através de um programa quantificável de metas que para a época constituiu um extraordinário avanço, precursor que foi das modernas técnicas de programação econômica. A sua execução provocou o colapso na estrutura econômica de toda a região que imergiu em profunda depressão durante mais de trinta anos. Nesse ínterim a população regrediu para a calha central do Rio Amazonas e buscou os centros urbanos de Manaus e Belém, quando não abandonou definitivamente a região. A concentração humana que se observa hoje no Médio e Baixo Amazonas e o renascimento da atividade agrícola, tem a sua origem na regressão dessa fronteira que se contraiu para poder sobreviver numa economia de pura subsistência, após o abandono da economia monetária florestal.

A quarta tentativa foi registrada durante a II Grande Guerra Mundial, quando em decorrência dos Acordos de Washington, celebrados pelo Governo do Presidente Vargas em 1942, tentou-se recuperar a economia seringueira pela necessidade de suprir borracha para os aliados. Foi um período efêmero e de interesse imediatista, no entanto foi responsável pela criação de alguns instrumentos políticos e econômicos de longo alcance. Dentre êles destacamos a criação do Banco de Crédito da Borracha, antecessor do Banco de Crédito da Amazônia e do atual Banco da Amazônia. Em consequência foi institucionalizado o sistema de financiamento na região responsável pela dispensa do crédito florestal que fez prolongar o ciclo da borracha silvestre durante mais algumas décadas, através do monopólio legal e da sustentação oficial dos seus preços.

Foi durante êsse período que o país brasileiro ganhou uma nova consciência política para se afirmar também como nação amazônica. A opinião pública nacional foi sensibilizada para o problema, graças a retórica do Presidente Vargas, conseguindo atrair a atenção do país para a região, através do famoso Discurso do Rio Amazonas, pronunciado em Manaus em Novembro de 1940. Se poucos resultados econômicos foram

obtidos, a exortação serviu para criar uma mística e abrir caminho para a ação política posterior nas décadas subsequentes. No entanto, é de justiça salientar, que foi nessa fase que se efetivou uma providência política difícil e ousada, tendo em vista o **status-quo** da organização política-territorial da região, com a criação dos Territórios de Guaporé, Rio Branco e Amapá, em 1943. Esse primeiro passo na direção certa da redistribuição física do espaço para a ação administrativa, estava destinado a exercer importante papel na reformulação política do desenvolvimento amazônico, a despeito da forte resistência dos regionalismos históricos-tradicionais. Essa redivisão política, infelizmente não se aprofundou como devia, perdendo-se assim uma grande oportunidade para rever o espaço físico das unidades federadas, que constitui hoje tarefa política de mais alta relevância, em termos de ativação econômica, difusão cultural e segurança nacional.

A quinta tentativa seria obra dos Constituintes de 1946, ao acolher a emenda do Deputado amazonense Leopoldo Péres, que se transformou no Art. 199 da Constituição Federal, fixando a obrigação do Governo da União de executar o plano de valorização econômica da Amazônia, com recursos provenientes de 3% da receita tributária durante um período mínimo de 20 anos. Foi preciso no entanto seis longos anos para que o mandamento constitucional fôsse disciplinado, o que ocorreu em 1953 com a Lei 1.806 que definiu a área legal da Amazônia, conceituou o plano e os objetivos de integração, criando a SPVEA como autarquia encarregada da promoção do desenvolvimento regional.

O balanço do que foi feito nesse período, tendo em vista a grandeza dos objetivos a atingir e a dimensão da área a ser trabalhada demonstra que o esforço foi insuficiente, precário e dispersivo. Não se conseguiu montar uma estratégia operacional e viável que permitisse aprofundar a ação federal, a despeito de sucessos parciais em alguns setores. Os programas indefinidos e não quantificáveis, o não recebimento dos recursos orçamentados o desperdício nas aplicações nos subsídios, a ausência de um plano diretor para ação tática setorial encarregaram-se de tornar inócuo e anacrônico o aparelhamento burocrático montado que afinal veio a extinguir-se, melancolicamente, no ano passado.

Frustrados os objetivos políticos e econômicos do órgão valorizador, nesta quinta experiência, o Governo Federal, ao

tempo da Administração Kubitschek tomou em 1959 a histórica providência ao transferir a capital federal para Brasília, na confluência das bacias amazônica, do São Francisco e do Paraná. Esse gesto heróico, iniciou a mudança do centro político brasileiro para o interior do continente, com tôdas as suas consequências e condicionantes. Partindo dessa nova posição política de interiorização, foram construídos os eixos rodoviários da Belém-Brasília e da Brasília-Acre, implatando assim uma rota radial e outra diagonal de integração física da Amazônia Oriental e Extremo-Occidental com o resto do país. Esta nova investida modelou-se na estratégia dos bandeirantes pioneiros do Século XVIII, que tentavam alcançar a bacia do Rio Amazonas por via mediterrânea partindo do centro do planalto para a sua periferia. A estratégia da interligação rodo-territorial da Amazônia num sistema em Y baseia-se no movimento em pinça das duas hastes de um compasso com a intenção e o objetivo de propiciar a expansão da fronteira humana do centro-sul através desses eixos de ocupação que caminham para as duas extremidades. **O sistema viário assim concebido está destinado a promover um intenso tráfico de expansão e desenvolvimento, desempenhando importante missão no campo da segurança nacional e da articulação regional com as outras áreas do país.** A Amazônia desde a implantação dessa nova estratégia passou a ser alcançada tanto pela calha central do Rio Amazonas e de seus afluentes, no sentido leste-oeste, como por via territorial na diretriz sul-oriental e ocidental. O sistema logístico de apóio às missões e coloniais militares da fronteira, que fecham o arco da presença brasileira, passou a repousar nessas vias estratégicas e vitais para a segurança nacional.

Dêste modo chegamos a mais recente experiência do atual govêrno revolucionário que constitui a sétima tentativa de formulação de uma filosofia política e econômica para a região. A ação federal na Amazônia, no período anterior, fôra concebida partindo de uma filosofia estatista que dava ênfase à ação pública direta e centralizada. Operacionalmente tendeu, por isso mesmo, a se concentrar no nordeste amazônico e assim mesmo padecendo de tôdas as indefinições, desvios e deformações pela ausência de uma estrutura técnica e administrativa que pudesse suportar e dar apóio a um programa de profundidade e extensão. Recebendo do período anterior essa melancólica experiência de frustração e desperdício a nova política que agora se tenta implantar na região baseia-se na con-

cessão de favores, estímulos e incentivos fiscais procurando, dêsse modo, atrair capitais, técnicos e organizações da iniciativa privada para desencadear um processo de desenvolvimento duradouro e auto-sustentado.

A medida que o tempo decorre, e verificada a insuficiência dos favores já concedidos, novos estímulos e incentivos vão sendo criados ou ampliados que por si só já constitui um indício de que não será somente através da política fiscal e tributária que se conseguirá atingir os objetivos nacionais na região. Por isso mesmo, estamos assistindo nestes últimos dias da atual administração um aceleramento tumultuado do processo de mudanças e modernização das estruturas e instituições nacionais e regionais. O impacto dessas transformações históricas que o país atravessa através da reformulação dos quadros jurídicos, legais e constitucionais encontra a Amazônia despreparada e perpleixa. Em meio a tôdas as contradições, marchas e contra-marchas, erros e acertos, sente-se todavia que a nova política federal bem reflete até no seu aqodamento e turbulência, a angústia da alma nacional em busca de novas soluções urgentes para velhos problemas inadiáveis.

As modificações políticas e estratégicas concebidas pela nova filosofia de governo estão sendo implementadas através de um grande elenco de leis e decreto-leis. Transformou-se o Banco de Crédito da Amazônia, que vinha exercendo a política federal de sustentação do monopólio da borracha, em Banco da Amazonia, para conferir-lhe a atribuição de Banco de Desenvolvimento da Amazônia, pela Lei 5.122 de 28 de Setembro de 1966. Foi extinta a SPVEA, e, em substituição criou-se a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — ..... SUDAM — com a competência de planejar, e controlar a ação federal na região, de acôrdo com a Lei 5.173 de 27 de Outubro de 1966. Foi sancionada a Lei 5.174 de 27 de Outubro de 1966, disciplinando e ampliando os incentivos fiscais, através dos mecanismos de isenção do impôsto de renda para as novas indústrias e permitindo a dedução de parte do impôsto de renda das pessoas jurídicas desde que investidos em empreendimentos industriais, agrícolas, pecuários e de serviços básicos. Foi reformulada a política da borracha, extinguindo-se o monopólio final da compra e venda, permitindo-se a sua comercialização privada, porém, apoiada em uma política de sustentação de prêços básicos a ser praticada pela Superintendência da Borracha. De outro lado, com a promulgação da nova Constituição Brasileira, a vigir a partir de 15 de março, caiu o

ticas que guardem adequação e conformidade com as suas peculiaridades. Não é possível dar um tratamento igual a desiguais, ou prover soluções idênticas para problemas distintos, ou impor um plano ou legislação uniforme para um mundo heterogêneo e diferenciado.

Partindo dessa premissa nasceu a tese da Amazônia Ocidental, já acolhida em parte pelo governo federal, que constitui um grande avanço sobre a posição anterior, mas que necessita desdobrar-se para reconhecer igualmente a existência de outras Amazônias que reclamam também soluções e programas distintos.

E' de esperar-se pois, em função dessa nova concepção do problema amazônico, que os planejamentos econômicos abandonem imediatamente a sua tradicional insistência em formulações globais para toda a região e as agências de desenvolvimento abandonem a prática viciosa do centralismo monopolista e exclusivista que beneficia certas áreas em detrimento dos interesses e necessidades de outras. O poder decisório e liberatório dos benefícios fiscais, das franquias legais e dos recursos financeiros precisam deslocar-se para os centros irradiadores dessas diferentes Amazônias. Os governos estaduais, as instituições financeiras, os centros de pesquisas, as universidades, as empresas e todos os organismos existentes ou por criarem nessas diferentes sub-regiões amazônicas não podem ficar à mercê dos centros todo-poderosos de decisão que retardam soluções e potenciam as desvantagens locais dos diferentes centros.

Por isso temos que promover urgentemente a descentralização política e administrativa, cuja consequência lógica seria a instituição de uma nova redivisão política territorial nessas sub-regiões, para tornar possível a ação administrativa. A atual divisão política em 6 Estados e 3 Territórios Federais tornou-se anacrônica, de longa data, para enfrentar a magnitude do espaço a ocupar e as urgentes tarefas a empreender. Fisicamente super-dimensionadas as atuais unidades federadas não conseguem montar uma estrutura de governo, de administração e serviço público que permita atender, ao mínimo, as populações interioranas, e apoiar a ação federal no campo econômico e social que se pretende desencadear.

Neste particular houve na Amazônia uma involução política. Ao tempo colonial eramos, na metade do Século XVIII, dez capitanias gerais e secundárias a saber: Maranhão, Tapuïara, Tapera, Gurupi, Grão Pará, Cametá, Cabo Norte, S,

José do Rio Negro, Mato Grosso e Goiás. Com a Independência ficamos reduzidos a quatro províncias. Em 1850 criamos a Província do Amazonas e a sexta unidade teve que aguardar 53 anos, com a criação do Território do Acre em 1903. Outros 40 anos decorreram até a instituição dos atuais Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá em 1943. Esses Estados e Territórios que compõem a chamada Amazônia dos Nove necessitam sofrer uma redistribuição política de suas áreas, com a criação de novas unidades federadas, dada a impossibilidade e extender a ação do governo federal e dos executivos estaduais, e por motivos de segurança nacional, sem o desmembramento territorial dos mesmos. Essas novas unidades permitirão criar novos centros de irradiação de serviço e empreendimentos, estabelecer novos polos de poder e de representação popular, ensejar o aparecimento de novas lideranças para levantar o ânimo e a vontade das populações interioranas, motivando-as para participar, ativamente da Operação-Amazônia. O imobilismo político e a inércia administrativa da organização atual, super-dimensionada, leva a concentrar os esforços do desenvolvimento nas cidades-capitais dos Estados e Territórios, pela impossibilidade física e material de alcançar outros centros, a não ser através do dedo vigilante do fisco, única forma, praticamente, de se fazer presente a ação pública. Estar distante do polo monopolístico do poder das capitais representa, hoje, estar condenado à penúria e ao esquecimento. E não será através da débil organização municipal que a situação possa ser modificada. Ela terá que vir, mais tarde ou mais cedo, por motivos de segurança nacional, de colonização e povoamento, de ação administrativa de mais alto nível, de fundação de infra-estrutura pelo poder público e pelas inversões da iniciativa privada.

A criação de pelo menos 20 novos Territórios Federais na Amazônia, cujos contornos deverão acompanhar os limites naturais dos vales dos grandes rios, conforme já tivemos oportunidade de propor, asseguraria, de outro lado, para o povo da Amazônia, uma representação popular que daria no Parlamento Nacional uma bancada numericamente expressiva, que seria porta-voz de suas reivindicações e anseios, e comunicaria à consciência nacional na tomada das decisões políticas, a sensibilidade de que o Brasil é sobretudo um país amazônico.

A Operação-Amazônia que está sendo desenvolvida nos dias que correm pelo atual governo revolucionário não pode pois ficar adstrita à política de estímulos fiscais e de incentivos para atração de investimentos. Ela tem que criar os me-

canismos institucionais e políticos para dar operacionalidade à ação federal de modo a liberar as forças produtivas das atuais inibições que as enclausuram, e instituir as novas unidades político-territoriais que como ponto de apoio logístico-administrativo do desenvolvimento econômico.

Estamos numa corrida contra o tempo. O espaço vazio e morto exige um tempo de manobra muito curto. Por isso temos que apressar o passo na tomada das opções políticas e estratégicas para assegurar, na Amazônia, através do desenvolvimento, a presença da ação e da soberania brasileira.







# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

## Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98).

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

### Contato

E-mail: [acervodigitalsec@gmail.com](mailto:acervodigitalsec@gmail.com)

